

Coordenador do GAECO diz que investigação sobre corrupção pode apontar mais envolvidos

Tribunal de Justiça do Estado rejeitou o retorno do ex-prefeito Aldana à Prefeitura

MONTENEGRO - A investigação da Operação Ibiacá, que neste mês completa um ano, ainda deve se estender por pelo menos até o final de 2018.

Conforme o coordenador regional do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, o processo é longo. "A complexidade dos fatos faz perdurar a investigação por um tempo significativo. É preciso uma análise técnica e detalhada. Isso gera demora", explica o promotor.

Conforme o doutor Reginaldo, cinco denúncias já foram oferecidas pelo Ministério Público à Justiça de Montenegro. "Existem outros fatos. Estamos aguardando o relatório do Tribunal de Contas do Estado e a quebra de sigilo bancário. Só o relatório

sigilo bancário. Só o relatório tem 1.500 folhas, sobre suspeita de superfaturamento de obras. Depois outros fatos serão denunciados", declara.

A Operação Ibiacá foi deflagrada em 6 de junho do ano passado, quando várias viaturas cercaram a Prefeitura e a Secretaria de Obras, além de buscas em outros locais. Após, numa segunda etapa, em agosto, o então prefeito Luís Américo Alves Aldana foi afastado pela Justiça por um prazo de 180 dias, assumindo o vice Carlos Eduardo Müller (Kadu). Alguns secretários, diretores e servidores em cargos de confiança também foram afastados.

E em setembro, na Câmara de Vereadores, ocorreu o impeachment de Aldana, com 9 votos favoráveis e apenas 1 contrário.

A principal acusação nas investigações é de fraude em licitações do transporte escolar e em obras, além de em licenças ambientais. O Ministério Público, na Operação Ibiacá, informou que uma organização criminosa tinha se instalado na Prefeitura. "O que já apuramos que houve de errado foi alvo de denúncia", declara o coordenador do Gaeco. Ele diz que as denúncias referentes a licenças ambientais e empreendimentos estão sendo investigados pela Promotoria de Justiça de Montenegro. Inclusive já foi determinado que, se condenados, os denunciados terão que restituir ao município em torno de R\$ 2 milhões. Os contratos envol-

R\$ 2 milhões. Os contratos envolvidos nas licitações sobam mais de R\$ 20 milhões. O Ministério Público também requereu o bloqueio de R\$ 13 milhões em bens dos denunciados e das empresas envolvidas. Quanto as penas, caso condenados, segundo o promotor ainda depende de serem oferecidas todas as denúncias, o que pode ocorrer até o final deste ano, mas ele cita crimes como de corrupção ativa, peculato e organização criminosa. "A ideia é concluir as denúncias ainda neste ano. Depois encaminhamos ao Judiciário que chama os réus para se defender e então pode proferir o julgamento. A tramita-



Aldana foi afastado pela Justiça e depois cassado através de impeachment

ção é longa", admite.

Mesmo antes do julgamento, o promotor não descarta que possa ter algum pedido de prisão. Um empreiteiro já esteve preso e o Ministério Público chegou a representar pela própria prisão do ex-prefeito, que não foi decretada. "No momento não se cogita essa possibilidade", declara o promotor. Ele salienta que a investigação ainda não está finalizada e inclusive pode incluir mais pessoas, tanto como testemunha como por denunciadas. Mais pessoas inclusive podem figurar entre os réus caso seja comprovada a participação em

irregularidades. Mesmo que em fevereiro já tenha terminado o prazo de 180 dias do afastamento de Aldana, o coordenador do Gaeco entende que a Justiça agiu corretamente ao rejeitar o seu retorno à Prefeitura. "Ficou bem demonstrado no processo. Não tem medida mais adequada que a manutenção do afastamento", avalia.

Retorno negado

Na última quarta-feira, dia 6, os desembargadores da 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, em Porto Alegre, rejeitaram por unanimidade o retorno

do ex-prefeito Aldana à Prefeitura. O recurso foi do advogado de defesa, Vanir de Mattos, que fez a sua manifestação no tribunal, pedindo a anulação do processo de impeachment que ocorreu na Câmara, alegando uma série de ilegalidades. Entretanto, o relator do processo, desembargador Marco Aurélio Heinz, não concordou com os argumentos da defesa, derrubando as contestações e considerando que o processo de impeachment não teve irregularidades. Os desembargadores Marcelo Bandeira Pereira e Arminio José Abreu Lima da Rosa acompanharam o seu voto.

Aldana obteve uma vitória. Ele não ficou inelegível. Portanto, poderá voltar a concorrer, inclusive se quiser disputar as eleições deste ano. A sua defesa ainda

deste ano. A sua defesa a estuda se vai voltar a recomeçar para Brasília. Aldana, que está trabalhando num município do interior de Minas Gerais, onde passou no concurso público, não compareceu ao julgamento, mas segundo fontes, ele estava em Montenegro resolvendo outros compromissos. O consultor jurídico da Câmara, Adriano Bergamo, ressalta que a defesa do ex-prefeito tinha sido trancada com uma liminar pedindo o seu retorno, o que foi negado. E que agora o processo continua tramitando.

guilherme.fatonovo@gmail.com